



Conselho Regional de  
Museologia **COREM/2ª Região**

**Caderno de Textos**

Ano I - Nº 1  
Dezembro de 1994

Conselho Regional de Museologia  
COREM/2ª Região

Presidente: Vânia Dolores Estevam de Oliveira (COREM/2ª 376 - I)

Vice-Presidente: Vera Lúcia Lima (COREM/2ª 189 - I)

Primeira-Secretária: Maria de Jesus Pires (COREM/2ª 288-I)

Segundo-Secretário: Alexandre Valadão Rios (COREM/2ª 373-I)

Tesoureiro: Juarez Fonseca Menezes Guerra (COREM/2ª 403-I)

Conselheiros efetivos:

Claudia Fernandes Porto (COREM/2ª 282-I)

Petronila Rosa Costa Diniz Neta (COREM/2ª 139-I)

Conselheiros suplentes:

Carlos Eduardo Carlaxo Mourão (COREM/2ª 333-I)

Eliane Rose Vaz Cabral Nery (COREM/2ª 035-I)

Janine Menezes y Ojeda (COREM/2ª 397-I)

Jorge Cordeiro de Melo (COREM/2ª 052-I)

Maria Elizabeth Banchi Alves (COREM/2ª 366-I)

Delegados Regionais:

MG - Celina Santos Barboza (COREM/2ª 154-I)

ES - Sebastião Pimentel Franco (COREM/2ª 047-I)

Dedicamos este primeiro número do Caderno de Textos a todos aqueles que, através da Associação Brasileira de Museologia - ABM - ou de maneira independente, contribuíram para que a regulamentação da profissão de museólogo se tornasse uma realidade.



## *Museólogo - 10 Anos de Regulamentação da Profissão*

*Vânia Dolores Estevam de Oliveira é museóloga formada pela Universidade do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Museu Histórico Nacional, é Presidente do Conselho Regional de Museologia / 2ª Região.*

O Conselho Regional de Museologia - COREM/2ª Região lança com esta publicação o seu Caderno de Textos, publicação que se pretende anual, a princípio, e que possa reunir e divulgar a produção intelectual da categoria. A periodicidade anual reflete as dificuldades de nosso dia a dia enquanto órgão de classe em estruturação e que luta arduamente contra as barreiras sociais e econômicas impostas ao seu crescimento e plena capacidade de atuação.

É importante que se busque com o tempo a qualidade gráfica e o alto nível dos textos. Para isso é importante que se constitua um Conselho Editorial gabaritado e titulado, requisito fundamental ao reconhecimento de uma publicação pela comunidade científica nacional e internacional. Com isso é possível que, no futuro, esta publicação venha a receber financiamento de instituições voltadas para o desenvolvimento e divulgação do conhecimento, como é o caso do CNPq e da FINEP com seu Programa Setorial de Publicações em Ciência e Tecnologia.

Porém com este lançamento queremos, principalmente, comemorar os 10 anos de regulamentação da profissão de museólogo, que se efetivou pela Lei 7287, promulgada em 18/12/1984. Até esse feliz desfecho decorreram vinte e dois anos de luta, entre marchas e contramarchas, iniciadas em 1962. Nesse ano formou-se um grupo de estudos para a elaboração de um projeto que seria encaminhado ao MEC, solicitando a regulamentação. Um ano depois, o projeto tramitou pela Câmara e pelo Senado e foi recusado. Outros dois projetos foram feitos em 1968 e 1970 mas foram também recusados. Em 1974, novo anteprojeto foi encaminhado, sendo reavaliado e modificado em 1976 pela própria categoria. Em 1978, houve outro encaminhamento de anteprojeto, arquivado em 1979. Vários outros projetos foram perdidos em sua trajetória burocrática entre o MEC e o Ministério do Trabalho.

O processo foi lento e penoso. Ainda em 1979, novo anteprojeto foi apresentado, vindo a ser arquivado em 1981, as vésperas do VII Congresso Nacional de Museus. Finalmente, o projeto elaborado em 1981 foi aprovado, com alguns acréscimos e cortes, três anos depois. Aprovado em 18 de dezembro de 1984 e publicado no dia seguinte, foi considerado à época um presente de Natal, coroando mais de vinte anos de luta. Com a Lei, o exercício da profissão de museólogo passou a ser privativo dos diplomados em bacharelado ou licenciatura plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura; dos diplomados em Mestrado ou Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura; dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação; dos diplomados em outros cursos de nível



superior que, na data da Lei, contavam pelo menos cinco anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

A Constituição da República, de 1988, em seu Título II, Capítulo I, Artigo 5, Parágrafo XIII reza que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Na verdade, a letra da Lei nos permite deduzir que a liberdade nela expressa é relativa, traduzindo-se melhor por igualdade, uma vez que vincula o exercício profissional às leis específicas. Logo, a lei é o atestado e validade formal desse exercício. Da mesma forma, a União tomou a si a competência de legislar sobre o tema. Portanto, há todo um processo a ser seguido até ver garantido o livre exercício profissional.<sup>1</sup>

Em tese de doutoramento, Marcelo Marinho dissecou o processo de credenciamento das profissões, analisando suas diversas etapas. São elas:

- 1) A necessidade de trabalho especializado;
- 2) A necessidade de treinamento. Surgem os cursos de formação, gerando a especialização da mão-de-obra;
- 3) Surgem as Associações, que se constituem em grupos de pressão em busca de reconhecimento e alcance político;
- 4) Tem início os processos de regulamentação;
- 5) Acontece a regulamentação propriamente dita.

A partir de então elaboram-se os códigos de ética, com a finalidade de estabelecer a forma pela qual os profissionais devem pautar sua atuação, indicando normas de conduta para com os colegas de profissão, com os poderes públicos constituídos e com a sociedade em geral.

Criam-se os Conselhos Federal e Estaduais ou Regionais, autarquias indiretas, ou seja vinculados ao Estado.

Estão ligados ao Ministério do Trabalho, devendo prestar contas periodicamente de seus atos financeiros ao Tribunal de Contas da União e exercem poder de polícia, ficando a cargo do registro, fiscalização e emissão de carteira profissional de identidade.

O Decreto 91.775, de 15/10/1985, que segundo a própria letra da Lei 7287 deveria ser assinado até noventa dias após a regulamentação da profissão, regulamentou a Lei e autorizou a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia.

A criação do Conselho Regional de Museologia/2ª Região propriamente dito deu-se em 13 de janeiro de 1986, através da ata da Primeira Reunião Ordinária de Plenário, realizada na Escola de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

No momento em que se completam os 10 anos de regulamentação somos naturalmente levados a fazer um balanço das atividades do COREM desde a sua criação. Num primeiro impulso os mais incautos serão levados a dizer que pouco ou nada se fez, considerando o espaço de tempo relativamente longo. Examinando a história do COREM pelos documentos que produziu, temos exatamente a noção contrária. Vemos a luta pela criação oficial, vemos os primeiros passos para a legalização junto aos órgãos competentes, sempre difícil para os que são pioneiros; vemos a publicação dos primeiros boletins, quase sem recursos materiais; vemos ainda a participação na tarefa de dar vida ao Conselho Federal de Museologia e depois o auxílio ao mesmo em momentos cruciais, como na elaboração de seu regimento interno, de seu modelo oficial de cédula de identidade profissional e do questionário para o cadastramento de

<sup>1</sup> Esta parte do texto foi inspirada pela fala da Prof. Margarida Lacombe Camargo, no Seminário Preservação e Acesso, no dia 8/11/94, na Fundação Casa de Rui Barbosa, sobre o tema A LEGISLAÇÃO E A CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE.



instituições museológicas, em fase final de implantação. A luta contra a inadimplência e pela valorização por parte da própria categoria profissional também tem sido uma constante ao longo dos anos.

Acreditando que nossa valorização enquanto profissão começa pelo desenvolvimento de nossa auto-estima, a atual gestão do COREM/2ª Região optou por investir na própria imagem junto ao filiado e, a partir daí, buscar uma maior atuação no âmbito da sociedade como um todo. A edição de boletins bimestrais, embora modestos em sua forma, tem dado retorno significativo. Temos recebido com frequência manifestações de apoio ao trabalho do COREM e, aos poucos, os inadimplentes, que são em torno dos 20%, começam a regularizar sua situação com a Tesouraria. Além disso, museólogos formados há alguns anos e ainda não inscritos, começam a solicitar a sua filiação, reconhecendo assim a obrigatoriedade do registro profissional e contribuindo com sua parte para o fortalecimento de nossa categoria profissional.

A redução do índice de inadimplência - antes na casa dos 60% e uma vitória da gestão de Maria Lúcia Faria Rodrigues e seus colaboradores - nos deu a oportunidade de desenvolver esse trabalho. Além disso, realizamos o Curso O LUGAR SOCIAL DO MUSEU, que se coroou do maior êxito e, temos certeza, será o primeiro de uma série. Em cumprimento às metas traçadas na posse da atual Diretoria, acabamos de realizar também o PAINEL sobre O MERCADO DE TRABALHO DO MUSEÓLOGO: REALIDADE E PERSPECTIVAS, onde se discutiram as possibilidades profissionais do museólogo e se apontaram alternativas vislumbradas nesse mercado, que acreditamos ser bem mais amplo do que normalmente somos levados a supor.

De resto, o momento desta comemoração dos 10 anos mostra-se extremamente propício para a afirmação da Museologia e conseqüentemente da profissão de museólogo. A mídia tem dado especial realce ao tema museu.

O assunto tem merecido amplos espaços em jornais e na televisão. De repente, se descobriu que museu faz sucesso junto à opinião pública. Lançam-se publicações sobre o tema, discutíveis ou não. Alguns vêem só o lado negativo desse sucesso junto aos meios de comunicação de massa. A conservação que se vê prejudicada, segundo alguns; critérios de classificação duvidosos, segundo outros. Contudo, no cômputo geral há mais pontos positivos. O fato é que devemos aproveitar o foco de luz sobre o museu e darmos nosso show particular. Para o senso comum, o museu é o objeto de estudo da Museologia. Temos que fazer lembrar a todos que o profissional que se debruça sobre a Museologia é o museólogo. É hora de fazer e acontecer, de mostrar competência. E competência não se mostra com críticas mas com trabalho.

A profissão exerce um trabalho de mediação e síntese na sociedade, nas incertezas desse organismo em mutação contínua, criando uma zona de tensão que gera novos conflitos. Conflitos em relação aos salários, em relação à divisão do trabalho intelectual etc. Nessa zona de conflitos, temos que defender nosso espaço e nossas idéias, sabendo que o mercado de trabalho tanto agrega quanto atomiza, acirrando a competição com outros trabalhadores e entre os próprios pares.<sup>2</sup> É preciso não esquecer que a regulamentação não representou o fim de uma luta, foi apenas parte do processo que segue evoluindo.

---

<sup>2</sup> Observações colhidas da explanação da Prof. Dra. Maria Nélida Gonzales de Gomes sobre OS CONSELHOS E AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS, durante o Seminário sobre Preservação e Acesso, anteriormente citado.



**Bibliografia**

- ♦ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA (ABM). Histórico da Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo. Rio de Janeiro, 9/12/94.
- ♦ MARINHO, Marcelo Jacques da Cunha. Profissionalização e credenciamento: a política das profissões. Rio de Janeiro, 1986, SENAI.
- ♦ D'OLIVEIRA, Fernanda. Museólogos. Depois de 23 anos de luta, a profissão regulamentada. Diário de Pernambuco, Recife, 18/03/1985. Seção B, P. 1.

## *O Espaço Museu no Estado do Espírito Santo*

*Sebastião Pimentel Franco é Museólogo e professor de História, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em Educação, Delegado Regional do COREM/2ª Região no Espírito Santo.*

Este artigo tem por objetivo fazer uma descrição da situação das instituições museológicas do Estado do Espírito Santo. Nele, procuramos através de um diagnóstico evidenciar os profissionais e sua atuação, os serviços prestados à comunidade, assim como a situação em que se encontram os acervos e as edificações.

Atualmente, de acordo com material divulgado pelos órgãos de cultura e turismo e veiculado pela imprensa local, o Estado do Espírito Santo possui um total de dez instituições museológicas.

Na capital do Estado, Vitória, encontramos o Museu Solar Monjardim (administrado pela Universidade Federal do Espírito Santo), o Museu do Porto de Vitória (CODESA), o Museu do Comércio (Associação Comercial de Vitória) e a Casa Elmo Elton (Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo).

Destes museus, dois encontram-se fechados à visitação pública: o Solar Monjardim e o Museu do Comércio. O primeiro passa no momento por obras no sentido de se eliminar os estragos provocados por agentes biológicos daninhos. Pela absoluta falta de profissionais da área como museólogos, restauradores, pedagogos, historiadores, entre outros, vivem hoje estas instituições unicamente de exibir a sua exposição permanente - ETERNA - para o público.

O Museu do Porto de Vitória, pertencente a CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo - recém inaugurado, não apresenta nenhum profissional da área em atuação. Dispõe de um serviço de guia - estudantes de artes plásticas - e está subordinado à Assessoria de Comunicação da empresa, cuja chefe do setor é a responsável pelo museu. O único trabalho que vem sendo desenvolvido no momento é o convite às escolas, para visitarem a exposição permanente e projeção de slides sobre o Porto e sua atuação. O acervo não é tombado ou catalogado, mas apresenta-se em bom estado de conservação assim como a edificação.

A Casa Elmo Elton, localizada no prédio do Instituto Histórico e Geográfico, também não possui nenhum profissional em atividade, abrindo à visitação pública às quartas-feiras ou quando por solicitação prévia de algum visitante.

Na região chamada Grande Vitória, na cidade de Vila Velha, encontra-se o Museu Atelier Homero Massena. A edificação apresenta problemas de infiltração, colocando em risco o prédio assim como o acervo museológico. Em seu quadro de funcionários, apenas a Diretora tem formação superior, com licenciatura em História. O acervo não está devidamente tombado e catalogado. A única atividade desenvolvida pela instituição é a programação de atividades para escolares que ocorrem ocasionalmente, constando esta, de forma geral, a uma visita guiada.



No interior do Estado a situação não é muito diversa. Em Santa Leopoldina, o Museu do Colono também não dispõe de nenhum profissional técnico qualificado. Atualmente está fechado à visitação pública, face às péssimas condições de conservação em que se encontra a edificação, o que compromete também a conservação do acervo.

Em Santa Maria de Jetibá, o Museu da Imigração Pomerana não apresenta comprometimento quanto à conservação do prédio ou do acervo. Também não apresenta em seu quadro nenhum profissional técnico e conseqüentemente não vem desenvolvendo nenhuma atividade educativo-cultural para a comunidade. O acervo encontra-se tombado e catalogado.

Na cidade de Domingos Martins, o Museu Histórico Municipal não possui também em seu quadro de funcionários nenhum profissional especializado. Como o museu funciona dentro da Casa da Cultura, vem conseguindo realizar uma série de eventos, tais como cursos, palestras, exposições, eventos estes destinados à comunidade, o que tem contribuído para a aproximação desta com o museu. O acervo encontra-se tombado, uma vez que uma das funcionárias realizou conosco um treinamento, no sentido de dotá-la de conhecimentos para executar tal tarefa. De forma geral, tanto as instalações físicas da edificação como o acervo apresentam bom estado de conservação.

Como falha técnica apontamos o excesso de objetos em exposição e a utilização de grande parte do acervo iconográfico e documental - manuscritos e impressos - na exposição permanente.

Em Santa Teresa, o Museu Mello Leitão, no que tange ao corpo técnico, dispõe de um bom número de profissionais ligados às áreas de botânica, zoologia, taxidermia e biblioteconomia. No entanto inexistem profissionais da área de museologia e educação dificultando desta forma a realização de ações para a comunidade ou o público escolar no sentido da utilização do museu enquanto instrumento educativo. O acervo encontra-se devidamente registrado e catalogado, mas com apresentação museográfica bastante deficitária.

O Museu de Anchieta é ligado à ordem jesuítica, e não dispõe em seus quadros de nenhum profissional com formação técnica. Os visitantes quando solicitam são conduzidos pelo circuito da exposição por um guia.

O acervo não encontra-se catalogado, com apresentação museográfica e museológica bastante comprometedor, inclusive evidencia-se incorreções históricas na apresentação das informações.

O prédio foi recentemente restaurado, por isso mesmo apresenta bom estado de conservação.

Finalizando, acreditamos que a falta de técnicos nos quadros das instituições museológicas do nosso estado tem contribuído sobremodo para que estas apresentem uma má apresentação museográfica, uma inadequada documentação técnica do acervo - tombamento, fichamento e catalogação - além do descaso quanto à conservação e preservação do acervo museológico.

As atividades chamadas "educativas" quando são desenvolvidas se caracterizam pela indefinição de bases teórico-metodológicas, resultando em trabalhos empíricos, fragmentados, onde não se sabe efetivamente por que e para que são realizadas estas atividades.

Neste sentido estamos, no meu entender, longe de concretizarmos em nossas instituições museológicas a chamada "nova museologia" e um "novo projeto pedagógico", que desmistifique o passado pelo passado e que leve o público a utilizar o museu de forma crítica, a endendê-lo relacionando-o com a sua vida presente, pois acreditamos que é a partir da



utilização dos museus e da memória que neles está preservada que atingiremos os seus objetivos fundamentais, que são fazer com que estes sejam entendidos por todos.

### *Os Museus do Estado do Espírito Santo*

Museu Solar Monjardim

*Av. Paulino Muller s/nº, Jucutuquara - Vitória*

Museu Histórico Municipal de Domingos Martins

*Av. Getúlio Vargas, s/nº - Domingos Martins*

Museu do Colono

*Rua Principal, s/nº - Santa Leopoldina*

Museu do Comércio

*Rua Dr. João dos Santos Neves, 216 - Edifício Barão de Mauá, 1º andar*

*Parque Moscoso - Vitória*

Museu Mello Leitão

*Av. José Ruschi, nº 4 - Santa Teresa*

Museu da Imigração Pomerana

*A/C Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá*

*Rua Principal, s/nº - Santa Maria de Jetibá*

Museu Atelier Homero Massena

*Av. Beira-Mar, 275 - Prainha - Vila Velha*

Museu Anchieta

*Paróquia de Anchieta - Igreja N. Sra. da Assunção - Anchieta*



## *Precisa-se Urgente: Consciência de Classe*

*Claudia Porto é museóloga pós-graduada em Conservação e Restauração na Itália. Dirigiu departamentos e entidades culturais no Brasil e em Portugal. Presidente da Comissão de Divulgação do COREM/2ª Região, dirige a Etnia Brasil, entidade que visa a atividade museológica extra-museus.*

Sempre que os problemas enfrentados pelos museus brasileiros são abordados, suas causas terminam resumidas a uma lista padrão, cujos itens são repetidos em uníssono por boa parte de nossos profissionais. Falta-nos verbas, falta-nos apoio, falta-nos pessoal, incentivo, publicações especializadas. Falta-nos de tudo para desempenharmos a contento nosso trabalho. Ninguém duvida de que isso é a mais absoluta verdade. A falta de apoio à cultura parece fazer, ela própria, parte da cultura brasileira.

No entanto, também é verdade que cada uma dessas carências pode ser, pelo menos, atenuada, se o profissional de museu dispuser de força de vontade, paixão, criatividade, e se souber agir com uma boa dose de bom senso e diplomacia. O melhor exemplo vem de uma região brasileira muito pobre. Os foruns de Museologia do Nordeste mostram, ano a ano, que a impossibilidade de se criar um museu dinâmico, efetivamente integrado ao entorno e desencadeador de questionamentos e ações na sociedade existe muito mais na cabeça do profissional de museu do que na realidade. Apesar da falta quase absoluta de verbas, de pessoal, de apoio e de incentivo, profissionais de museus de estados como o Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe souberam criar museus comunitários muito bem sucedidos, além de apresentarem propostas criativas e inteligentes que fogem às atividades educativas e à museografia padrão desenvolvidas no país.

O grande inimigo da Museologia brasileira talvez não esteja, portanto, apenas na famigerada falta de apoio à cultura. O inimigo maior, nós vamos encontrá-lo em nós mesmos, profissionais de museus, entrincheirados nessa espécie de *ethos* de carência e acomodação. E, mais do que isso, nos abismos que existem entre nós, impedindo que a classe museológica exista, acima de tudo, enquanto Classe.

Os dados dos Conselhos Regionais de Museologia são um retrato desta realidade: os níveis de inadimplência ainda se mantêm bastante elevados. Levando em consideração que o valor da anuidade não é, absolutamente, impeditivo - mesmo para a nossa média salarial -, a hipótese que mais imediatamente nos surge é a da subvalorização do órgão. Contudo, a despeito de seu valor qualitativo, órgãos como o COFEM, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Medicina e o CREA não são meras associações às quais nos filiamos ao nosso bel prazer. Cada um deles é o instrumento legal de representação da sua classe profissional. Não estar filiado significa não poder, legalmente, exercer a profissão.

A pergunta que se põe a seguir é óbvia: quantos de nós nos reconhecemos, realmente, como membros de uma classe? Quantos de nós trabalhamos em conjunto, acima das pequenas



e grandes divergências filosóficas, culturais e políticas, lutando por uma Museologia coesa e, portanto, mais forte e mais atuante no país?

Desde a regulamentação da profissão, a maioria dos "feudos" existentes permaneceu intacta, dificultando o entendimento e o fortalecimento da classe. Neste contexto, infelizmente, somos nós os grandes perdedores: perdemos a oportunidade salutar de realizarmos uma discussão ampla, visando conhecer outras idéias, outras perspectivas, outras razões. Com isso, os museólogos empobrecem-se, mais do que se enfraquecem. Perde a Museologia e perdem os espaços de cultura do país.

Dez anos passados desde a regulamentação da profissão, talvez muitos de nós já tenhamos compreendido o quanto o Feudalismo, no mundo contemporâneo, é inviável. Tanto a Biologia quanto a Administração já nos fizeram ver que organismos fechados em si mesmos geram entropia - consomem a si próprios até a morte. É claro que não é isso o que queremos que nos aconteça, nem decerto desejamos contribuir para a estagnação da política cultural do país.

A natural reação a esta possibilidade é, portanto, uma só: o incentivo à discussão livre, sem cerceamentos, sem demagogias, sem xenofobia. Discutir, por exemplo, o ensino da Museologia em todos os níveis (os cursos de graduação do Rio de Janeiro e Bahia, os cursos de nível técnico de Minas Gerais e dos estados do Sul, as propostas paulistas etc), procurando entender - e, possivelmente, reconstruir - o perfil do museólogo que tem sido formado nas instituições de ensino. É um começo.

Acima de tudo, porém, tais discussões honestas e democráticas serão úteis para o estilhaçamento das fronteiras entre os feudos atuais, fazendo com que possamos, unidos em nome de um ideal maior, lutar por nossos direitos, eliminando - finalmente - a ladainha da falta de recursos, de incentivos e de apoio de nosso vocabulário. Falta alimentada, infelizmente, pela nossa insistente e teimosa desunião.



## *A Informática e o Acervo do Museu Histórico Nacional*

*João Luiz Pirassinunga é analista de sistemas, responsável pela área de informática do Museu Histórico Nacional.*

Em meados de 1987, como resultado das reivindicações dos técnicos preocupados com as dificuldades para busca e recuperação das informações dos objetos/documentos e da reforma administrativa interna ocorrida, surge no organograma do museu uma Assessoria de Informática, com a tarefa de analisar, desenvolver e implantar sistemas de processamento de dados para auxiliar nas atividades da Casa, principalmente nas que diziam respeito ao gerenciamento do patrimônio, aí incluído o acervo.

A Informática no ambiente do museu veio de encontro às aspirações dos técnicos e dos responsáveis pela administração que necessitavam de uma ferramenta para tornar mais ágeis as pesquisas do acervo e seu controle. A idéia de atender um número maior e ,mais diversificado de usuários incentivou os técnicos a pesquisarem novas formas de organização e tratamento das informações. Esta concentração de esforços no sentido de dar um tratamento uniforme, a nível de informação, ao acervo foi iniciada com o trabalho do THESAURUS PARA ACERVOS MUSEOLÓGICOS, de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini. Este trabalho estabelece normas para a designação dos objetos/documentos e permitiu sua classificação sob uma nova ótica: a ótica do objeto/documento classificado pela sua finalidade, isto é, pelo seu uso natural.

A partir daí foi possível iniciar um trabalho de dessacralização dos objetos e das coleções e passar a tratá-los como itens de acervo, o que se aproxima da visão administrativa que trata os bens móveis como itens de patrimônio. Esta nova visão também levantou questões relativas ao controle da movimentação interna e externa dos objetos, bem como de sua valoração.

Em meados de 1988, as fichas catalográficas começaram a ser transcritas para um banco de dados armazenado em computador, o que permitiu, em pouco tempo, a geração de uma massa de informações sobre a qual foram experimentadas formas de pesquisa e ferramentas para auxílio dos técnicos em suas atividades. Nesse momento só eram repassadas para o computador as fichas catalográficas que estavam completas, para que os campos dos registros do banco de dados fossem preenchidos com o máximo de dados sobre os objetos/documentos. Estes registros, que na verdade são cópias das fichas, possuem cerca de 50 campos.

A determinação para que fosse apresentado um inventário geral do MHN, em caráter de urgência, surgida no início de 1990, fez com que a metodologia de implantação do novo sistema fosse alterada de modo a se conseguir, o mais rápido possível, o inventário do acervo museológico não numismático, formado, na época, por 14.471 objetos. Para tanto, foram alterados os procedimentos e programas de computador. Neste momento, o banco de dados passou a receber apenas quatro informações de cada objeto, ou seja, o número do Sistema, a designação, a classe do THESAURUS e a sua localização física. Apesar de parecerem poucas, estas informações geraram, além do número preciso da totalidade dos objetos, as quantidades



de objetos em cada uma das classes, as quantidades de cada um dos objetos. E possibilitaram, pela sua precisão, alguns cálculos interessantes, até então estimativos, como por exemplo, a quantidade de formulários para fichas catalográficas, a quantidade e o consumo de envelopes para formação de dossiês e até a quantidade de arquivos e a área necessária para abrigá-los.

No momento atual, em que 70% do acervo museológico já tem suas fichas completas disponíveis em computador, as pesquisas que demandavam bastante tempo e trabalho dos técnicos para recuperar objetos/documentos relacionados a personagens, fatos históricos e temas ou assuntos diversos, hoje já são feitas através do computador que, usando palavras-chave, também conhecidas como termos de indexação, pesquisa e seleciona no banco de dados as fichas dos objetos que atendem às solicitações. Também através do computador vem sendo possível a geração de catálogos técnicos com índices por autoria, material, técnica, data, procedência e outros.

Mas nem tudo é fácil como pode parecer por este sucinto relato. Esta caminhada de quase oito anos em pesquisa, desenvolvimento, testes e ajustes, correções e redefinições a partir da experiência acumulada pelos técnicos no uso do novo sistema e dos questionamentos formulados pelos usuários não para. Um sistema de informações é uma coisa dinâmica que pode e deve ser constantemente aprimorada. O comprometimento dos técnicos com as definições necessárias ao desenvolvimento do sistema tem sido fundamental para o sucesso alcançado pela informática no MHN, todas as rotinas e procedimentos para o SIGA - Sistema de Informações para o Gerenciamento do Acervo foram feitas por solicitação ou sugestão destes.

O estabelecimento de um sistema desta grandeza e importância trouxe também uma grande responsabilidade para todos os envolvidos direta ou indiretamente com ele. A responsabilidade pela qualidade e integridade das informações. De pouco ou nada serve um sistema de informações onde os dados não são mantidos atualizados. Em outras palavras, de que serve uma agenda de telefones e endereços se as pessoas mudam e nós não a atualizamos? E mais, de que nos serve uma agenda onde por falta de cuidado no manuseio perdem-se as páginas e anotações?



## *A Importância da Conservação Preventiva de Acervos Museológicos*

*Violeta Cheniaux é museóloga e mestre em Administração de Centros Culturais do Centro de Ciências Humanas da UNI-RIO. É professora desta Universidade na cadeira Preservação de Bens Culturais e Coordenadora do Núcleo de Preservação e Conservação com Atendimento Pedagógico e Técnico - NUPRECON.*

É sabido que a maior parte dos acervos museológicos é composta por materiais instáveis que, submetidos anteriormente ao uso prolongado e às agressões normais do meio típico, tornaram-se vulneráveis e propensos a reações químicas e físicas com repercussão na sua própria estrutura. Uma peça de indumentária, por exemplo, antes de transformar-se em objeto museológico, sofreu as influências do meio ambiente, assim como as do calor e as das agressões mecânicas do corpo humano. Ao ser incorporada ao acervo do museu, fragilizada e afastada do seu contexto original, a peça sofrerá outras formas de agressões: será exposta, examinada, estudada. Essa deterioração inevitável poderá ser, ainda, acelerada por condições ambientais adversas.

Do ponto de vista teórico, é possível preservar indefinidamente um objeto museológico, colocando-o dentro de uma câmara com um gás inerte, hermeticamente fechada, sob a ação de uma umidade relativa pré-determinada, sem iluminação e em baixa temperatura. No entanto, o museólogo não pode ter em vista somente a preservação do objeto e desprezar sua função educativa que está estreitamente vinculada ao lazer proporcionado ao visitante; os objetos devem inserir-se no contexto dos museus, das galerias de arte e dos centros culturais. Para que isso ocorra, diversos materiais que compõem os acervos ficarão fatalmente expostos à ação degradadora de fatores ambientais inadequados.

Daí a conservação preventiva tornar-se de máxima importância, pois, ao ser regularmente observada e apoiada em alicerces científicos e tecnológicos, retarda mudanças inevitáveis, e muitas vezes irreversíveis, sofridas principalmente pelos materiais de origem orgânica. O reconhecimento da relação existente entre o acervo e o meio ambiente passa a ser o fator essencial para que o museólogo desenvolva a sua atuação, tendo em vista as agressões provenientes da iluminação e da umidade não controladas.

Portanto, a fim de garantir a preservação dos diversos materiais em exposição e em reservas técnicas, o profissional deve mantê-los em condições de umidade e de iluminação ajustadas aos limites que garantam a sua preservação. Para tanto, o museólogo, além de conhecer o comportamento dos diversos materiais em contato com o meio ambiente, deverá analisar em profundidade a natureza e a ação da umidade e da luz, a fim de aplicar métodos de controle climático realmente efetivos.



### *A Ação Destruidora da Umidade Ambiental nos Museus*

O comportamento dos diversos materiais que compõem os acervos museológicos em contato com a atmosfera dependerá, essencialmente, da sua natureza e do controle da umidade do ar. Os especialistas em conservação de acervos museológicos destacam a umidade como uma das principais causas dos danos sofridos pelas obras de arte.

Os materiais podem ser classificados em higroscópicos e não higroscópicos. Um traço comum une essas duas categorias: ambas tendem a manter-se em equilíbrio do ponto de vista físico e químico no ambiente em que estão inseridas. Materiais como a madeira e o papel, em cujas estruturas existe a celulose, possuem um conteúdo próprio e equilibrado de umidade e reagem sempre em presença do vapor d'água existente no ar. Assim sendo, esses materiais em uma atmosfera ressecada perdem da sua própria umidade sofrendo abalos estruturais inclusive com repercussão em suas dimensões. Inversamente, num ambiente úmido, absorvem vapor d'água, o que provoca deformações no objeto, acelera algumas reações químicas e propicia a atividade biológica que será mais ou menos intensa ao depender das condições de temperatura e de ventilação do local.

Outros materiais orgânicos, como o couro, o tecido, a tela, quando submetidos a tais condições climáticas também se deterioram e serão ainda mais afetados se sofrerem a ação conjugada da iluminação inadequada e da poluição atmosférica.

No que concerne à atividade biológica, observa-se que, num ambiente sob a ação de poluição atmosférica, a temperatura média e uma umidade relativa elevada, os esporos dos fungos espalhados pelo ar se desenvolvem formando os micélios. Estes se propagam com grande velocidade, alterando os materiais que lhes servem de alimento. Os microorganismos podem provocar a desintegração de materiais não somente orgânicos, mas também inorgânicos, tais como pedras e vidros, provocando "doenças" e propiciando o aparecimento de insetos e pragas.

Da categoria dos materiais não higroscópicos o ferro, ao ser submetido à ação da umidade atmosférica, terá sua taxa de oxidação na sua superfície intensificada. Tal efeito será mais expressivo quanto maior for a quantidade de vapor d'água no ar.

Torna-se, assim, clara a influência da umidade sobre o processo de deterioração sofrido pelos diversos materiais, evidenciando a importância do seu controle para a preservação de objetos museológicos.



Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Estão autorizadas transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte, e mediante comunicação ao COREM/2ª Região.

Estes Cadernos estão abertos para o recebimento de artigos relacionados a museus e Museologia. O material deve ser enviado até o dia 30 de outubro com, no máximo, 5 laudas datilografadas em espaço 2.

Sede da Redação:

Museu Histórico Nacional

Pça. Mal. Âncora, s/nº - 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 220-5908; 220-2628

Distribuição gratuita - Tiragem - 1.000 exemplares - Publicação anual do COREM/2ª Região